LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

A INTEGRAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E GESTÃO EMPRESARIAL

THE INTEGRATION BETWEEN FINANCIAL EDUCATION AND BUSINESS MANAGEMENT

LA INTEGRACIÓN ENTRE LA EDUCACIÓN FINANCIERA Y LA GESTIÓN EMPRESARIAL

https://doi.org/10.56238/levv13n31-021

Data de submissão: 18/05/2023 **Data de publicação:** 18/06/2023

Gilberlan Vieira da Rocha
Mestrado em Business Administration
Instituição: Must University
Endereço: Florida, USA

RESUMO

Este estudo discute a integração entre educação financeira e gestão empresarial como eixo formativo essencial para a construção de culturas organizacionais sustentáveis e cidadãs. O objetivo foi analisar, à luz da literatura recente, como a educação financeira pode ser articulada às práticas de gestão desde a formação básica até o ambiente corporativo, contribuindo para a tomada de decisões mais conscientes, o aumento da produtividade e o fortalecimento da autonomia dos indivíduos. A pesquisa adotou abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, com análise de dez artigos publicados entre 2021 e 2023, selecionados a partir dos critérios de relevância temática, diversidade metodológica e abrangência de públicos (ensino fundamental, médio, EJA, superior e setor empresarial). Os resultados apontam que a educação financeira, quando tratada de forma espiralada, transversal e contextualizada, amplia significativamente a capacidade analítica dos sujeitos, reduz falhas gerenciais e favorece a cultura de planejamento. Além disso, práticas pedagógicas inovadoras como jogos digitais e finanças comportamentais demonstraram potencial para engajar diferentes perfis de aprendizes, inclusive em empresas. Conclui-se que a formação em educação financeira deve ser contínua, crítica e articulada entre escola, setor público e iniciativa privada, sendo o educador-pesquisador peça-chave na mediação entre teoria e prática e no combate à exclusão financeira.

Palavras-chave: Educação Financeira. Gestão Empresarial. Formação Continuada. Inovação Pedagógica. Cultura Organizacional.

ABSTRACT

This study discusses the integration between financial education and business management as an essential formative axis for building sustainable and citizen-oriented organizational cultures. The aim was to analyze, based on recent literature, how financial education can be connected to management practices from basic education to the corporate environment, contributing to more conscious decision-making, increased productivity, and greater individual autonomy. The research adopted a qualitative bibliographic approach, analyzing ten articles published between 2021 and 2023, selected based on thematic relevance, methodological diversity, and coverage of target audiences (elementary, secondary, youth and adult education, higher education, and business sector). The results show that when financial

education is treated in a spiral, cross-cutting, and contextualized manner, it significantly enhances analytical capacity, reduces managerial failures, and promotes a culture of planning. Furthermore, innovative pedagogical practices such as digital games and behavioral finance have shown potential to engage different learner profiles, including within companies. It is concluded that financial education should be continuous, critical, and articulated among schools, the public sector, and private enterprise, with the educator-researcher playing a key role in bridging theory and practice and addressing financial exclusion.

Keywords: Financial Education. Business Management. Continuing Education. Pedagogical Innovation. Organizational Culture.

RESUMEN

Este estudio analiza la integración entre la educación financiera y la gestión empresarial como un eje formativo esencial para la construcción de culturas organizacionales sostenibles y ciudadanas. El objetivo era analizar, a la luz de la literatura reciente, cómo la educación financiera puede articularse con las prácticas de gestión desde la formación básica hasta el entorno corporativo, contribuyendo a una toma de decisiones más consciente, una mayor productividad y fortalecimiento de la autonomía de las personas. La investigación adoptó un enfoque bibliográfico cualitativo, con un análisis de diez artículos publicados entre 2021 y 2023, seleccionados de los criterios de relevancia temática, diversidad metodológica y alcance del público (Elemental, Escuela Intermedia, EJA, Sector Superior y Empresarial). Los resultados indican que la educación financiera, cuando se trata de manera espiral, transversal y contextualizada, expande significativamente la capacidad analítica de los sujetos, reduce las fallas de gestión y favorece la cultura de planificación. Además, las prácticas pedagógicas innovadoras, como los juegos digitales y las finanzas conductuales, han demostrado potencial para involucrar a diferentes perfiles de aprendices, incluidas las empresas. Se concluye que la capacitación en educación financiera debe ser continua, crítica y articulada entre la escuela, el sector público y la iniciativa privada, siendo el educador educador en la mediación entre la teoría y la práctica y en la lucha contra la exclusión financiera.

Palabras clave: Educación Financiera. Gestión de Negocios. Antecedentes Continuos. Innovación Pedagógica. Cultura Organizacional.

1 INTRODUÇÃO

A crescente complexidade da gestão empresarial no cenário contemporâneo revela-se como um reflexo direto das dinâmicas imprevisíveis do mercado, da ampliação da competitividade global e da intensificação das exigências por inovação e performance organizacional, em especial no contexto das micro e pequenas empresas, que enfrentam desafios ampliados pela limitação de recursos e pela constante necessidade de adaptação. A instabilidade econômica, marcada por flutuações cambiais, pressões inflacionárias e incertezas políticas, impõe aos gestores a tomada de decisões rápidas, embasadas e estratégicas, o que demanda não apenas conhecimento técnico, mas também competências financeiras refinadas, capazes de sustentar a saúde do negócio em meio às adversidades (Nascimento, Pereira, Bechara., 2023; Rocha, Lima, 2023).

No entanto, apesar da evidente demanda por habilidades de planejamento, análise de custos e gestão orçamentária, a educação financeira ainda é historicamente negligenciada tanto na formação básica quanto nos currículos de cursos técnicos e superiores, resultando em profissionais que dominam áreas operacionais, mas não possuem familiaridade com conceitos fundamentais de finanças pessoais ou empresariais. Essa lacuna tem consequências diretas no desempenho das organizações, como mostram dados que evidenciam o uso inadequado de recursos, o comprometimento do capital de giro e a tomada de decisões baseadas em percepções equivocadas, sem respaldo em indicadores financeiros concretos (Tavares e Pilão, 2023; Nascimento, Pereira, Bechara., 2023).

Essa realidade é especialmente crítica em contextos periféricos e entre empresas de menor porte, onde os recursos são escassos e as decisões erradas têm impacto imediato sobre a sobrevivência do empreendimento, reforçando o argumento de que a ausência de literacia financeira no ambiente corporativo está diretamente associada à fragilidade da gestão, ao aumento do endividamento e à limitação da capacidade de reinvestimento produtivo (Rocha, Lima, 2023). Diante disso, torna-se evidente que a educação financeira deve ser pensada não como conteúdo isolado, mas como uma ferramenta integrada à formação empreendedora e à cultura organizacional, atuando de forma transversal desde a educação básica até os espaços de formação continuada e os programas internos das empresas (Milani *et al*., 2023; Tavares, Pilão, 2023).

A proposta deste trabalho, portanto, parte do entendimento de que a integração entre educação financeira e gestão empresarial não apenas amplia a competência técnica dos profissionais, mas também representa um vetor estratégico de sustentabilidade econômica, de fortalecimento do tecido produtivo local e de democratização do acesso à informação financeira. Ao abordar essa integração como processo formativo contínuo que se inicia nas escolas, se desenvolve nas universidades e se consolida nas organizações pretende-se demonstrar, com base em evidências bibliográficas recentes, a importância de políticas, práticas pedagógicas e ações de capacitação que tornem o conhecimento financeiro acessível, aplicável e permanente.

Dessa forma, o objetivo central deste estudo é discutir de forma crítica a importância da educação financeira como fundamento da gestão empresarial contemporânea, identificando os principais desafios enfrentados na sua implementação, analisando estratégias metodológicas inovadoras, como o uso de jogos digitais e modelagem estatística, e propondo diretrizes que possibilitem sua aplicação de forma estruturada, ética e socialmente eficaz no ambiente corporativo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA FUNÇÃO SOCIAL

A educação financeira, em sua concepção mais ampla, refere-se ao desenvolvimento de competências que capacitam o indivíduo a tomar decisões informadas e responsáveis diante dos desafios econômicos cotidianos, compreendendo não apenas os aspectos técnicos de administração de recursos, mas também a habilidade de planejar objetivos, avaliar riscos e adotar estratégias que favoreçam o equilíbrio financeiro ao longo da vida, sendo esse processo formativo essencial para a autonomia e o exercício pleno da cidadania em sociedades marcadas por consumo acelerado e instabilidade econômica (Milani *et al*., 2023).

Ao ser compreendida como prática social, a educação financeira ganha centralidade na redução das vulnerabilidades que afetam especialmente grupos historicamente excluídos dos sistemas bancário e formal de crédito, pois permite não apenas o acesso a serviços financeiros, mas também a construção de consciência crítica sobre o papel do dinheiro na estruturação das relações sociais, sendo essa dimensão emancipatória particularmente visível na formação de jovens e adultos que, ao compreenderem os mecanismos básicos da economia, fortalecem sua capacidade de resistir à informalidade e ao endividamento cíclico (Puntel; Tibulo, 2022).

A incorporação da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como tema transversal, especialmente no componente de matemática, evidencia o reconhecimento institucional da importância de formar sujeitos capazes de intervir com responsabilidade no mundo econômico, ao mesmo tempo em que a abordagem por competências permite articular saberes técnicos e atitudes éticas, projetando uma formação voltada à autonomia financeira e à construção de projetos de vida sustentáveis, sobretudo quando essas diretrizes são acompanhadas de políticas públicas voltadas à formação continuada de docentes e à produção de materiais contextualizados (Tavares, Pilão, 2023).

Ao tratar a educação financeira como campo de integração entre o conhecimento escolar e os desafios concretos da vida adulta, diversos programas institucionais têm buscado aproximar essa temática da realidade dos estudantes, promovendo ações que vão desde o planejamento de gastos pessoais até a compreensão de conceitos como inflação, juros e crédito, com resultados promissores em termos de engajamento e aprendizagem significativa, sobretudo quando articulados a metodologias

ativas e ao uso de recursos digitais que favoreçam a autonomia e a aplicabilidade prática dos conteúdos (Turatto, 2023).

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E GESTÃO EMPRESARIAL: VÍNCULOS ESTRATÉGICOS

A incorporação da educação financeira à gestão empresarial representa não apenas uma inovação pedagógica, mas uma estratégia concreta de fortalecimento organizacional, pois permite que gestores e colaboradores tomem decisões com base em indicadores reais, reduzam riscos operacionais e otimizem recursos de forma alinhada às metas do negócio, o que confere à literacia financeira um papel estrutural na sustentabilidade econômica das empresas contemporâneas (Nascimento, Pereira, Bechara., 2023).

Essa integração entre finanças pessoais e práticas corporativas impacta diretamente o clima organizacional, já que colaboradores que compreendem e aplicam conceitos financeiros em sua vida pessoal tendem a apresentar maior foco, engajamento e produtividade, além de contribuírem com soluções mais conscientes e viáveis nos processos internos da empresa, revelando que a cultura financeira no ambiente de trabalho ultrapassa o aspecto técnico e interfere positivamente na dinâmica coletiva e nos resultados institucionais (Tavares e Pilão, 2023).

Em especial nas micro e pequenas empresas, onde as fronteiras entre gestão familiar e organização formal são mais tênues, a educação financeira assume papel central na prevenção de falhas estruturais, evitando decisões baseadas em percepções subjetivas ou improvisos operacionais e promovendo práticas gerenciais fundamentadas em análise de fluxo de caixa, controle de endividamento e avaliação contínua dos investimentos, o que contribui decisivamente para a longevidade e a capacidade de expansão desses empreendimentos (Rocha, Lima, 2023).

Além disso, ao capacitar gestores para lidar com informações financeiras com maior clareza e autonomia, a educação financeira empresarial amplia a capacidade de negociação com fornecedores, melhora a gestão de riscos e potencializa o uso de tecnologias de apoio à tomada de decisão, especialmente quando associada a processos de formação continuada e estratégias educativas que priorizem a aplicação prática dos conteúdos e o diálogo entre teoria e cotidiano empresarial (Guia *et al*., 2023).

2.3 BARREIRAS E DESAFIOS À INTEGRAÇÃO EF-GESTÃO

A tentativa de integrar educação financeira às práticas de gestão empresarial esbarra, ainda hoje, em resistências culturais enraizadas, como a visão de que finanças são um assunto restrito à contabilidade ou à alta direção, somada à fragilidade histórica das formações técnicas voltadas ao pequeno empreendedor, que muitas vezes gerencia seus negócios sem nenhuma base conceitual ou treinamento específico, o que se agrava em contextos onde há escassez de políticas públicas que

articulem, de forma eficaz, o desenvolvimento da literacia financeira com a qualificação gerencial (Rocha, Lima, 2023).

Mesmo em ambientes empresariais estruturados, observa-se uma carência significativa de programas internos que promovam o letramento financeiro entre os colaboradores, o que contribui para a manutenção de práticas desinformadas, aumento de desperdícios e falhas no planejamento estratégico, ao passo que o ensino superior e técnico, que deveria cumprir a função de preparar profissionais para os desafios econômicos da gestão, ainda apresenta lacunas curriculares que tratam a educação financeira de forma superficial ou desconectada das dinâmicas reais do mercado (Guia *et al*., 2023).

2.4 METODOLOGIAS E ABORDAGENS INOVADORAS

Entre as abordagens mais consistentes na renovação da educação financeira, destaca-se a perspectiva crítica associada à análise estatística, que não apenas ensina conceitos como média, mediana ou inflação, mas utiliza esses dados para promover reflexões sobre desigualdade, distribuição de renda e os efeitos concretos da economia na vida das pessoas, fazendo com que o estudante desenvolva uma visão interpretativa e cidadã sobre os números que sustentam as políticas públicas e os discursos financeiros presentes no cotidiano (Perin, Campos, 2021).

No campo das metodologias ativas, os jogos digitais têm se mostrado ferramentas poderosas para despertar o interesse dos aprendizes, especialmente por permitirem a simulação de situações reais como orçamento doméstico, tomada de empréstimos e planejamento de metas, promovendo a retenção de conceitos e a transferência do conhecimento para problemas concretos, além de contribuírem para o desenvolvimento do pensamento estratégico e da tomada de decisão sob condições de risco controlado (Soares, Oliveira, 2023).

A inserção da educação financeira em projetos escolares que articulam escolhas de itinerários formativos, orientação profissional e reflexão sobre o mercado de trabalho também tem se mostrado eficaz, pois ao relacionar finanças pessoais com escolhas de carreira e expectativas salariais, esses projetos permitem que os estudantes compreendam as implicações econômicas de suas decisões e visualizem a importância do planejamento financeiro para a concretização de seus objetivos de vida e realização profissional (Turatto, 2023).

Além das estratégias didáticas em ambientes escolares, ganham força modelos formativos híbridos, que combinam encontros presenciais, plataformas digitais, oficinas práticas e até mesmo abordagens baseadas na etnomatemática, somadas ao uso de consultorias internas em ambientes organizacionais, que promovem educação financeira continuada aos colaboradores de diferentes setores, reforçando uma cultura de aprendizado permanente e alinhada às realidades específicas de cada contexto (Puntel; Tibulo, 2022).

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica, tendo como objetivo compreender como a integração entre educação financeira e gestão empresarial vem sendo discutida, aplicada e transformada em diferentes contextos educacionais e organizacionais, a partir da análise crítica de produções acadêmicas recentes que abordam essa intersecção de forma direta ou transversal, articulando elementos conceituais, práticos e pedagógicos. Essa opção metodológica justifica-se pela necessidade de compreender os significados atribuídos ao fenômeno investigado, considerando a complexidade das dimensões formativas, sociais e estratégicas que envolvem o desenvolvimento da literacia financeira e sua aplicação nos processos de gestão contemporânea.

Foram selecionados dez artigos científicos publicados entre os anos de 2021 e 2023, todos previamente avaliados quanto à sua coerência temática com o escopo da pesquisa, com foco na educação financeira aplicada à gestão de empresas, à formação de base em contextos escolares e universitários, ao uso de metodologias pedagógicas inovadoras, como jogos digitais e modelagem estatística, e à abordagem das finanças comportamentais, especialmente no que diz respeito à tomada de decisão e à mitigação de vieses cognitivos. Os textos contemplam uma diversidade metodológica relevante incluindo estudos de caso, análises bibliográficas, pesquisas empíricas e relatos de experiência e abrangem diferentes públicos-alvo, desde o ensino fundamental até ambientes empresariais, passando pela educação de jovens e adultos (EJA) e pelo ensino superior.

A escolha dos materiais teve como critérios a atualidade, a consistência teórica e a representatividade das experiências analisadas, priorizando autores que exploram a educação financeira sob múltiplas perspectivas e em distintas faixas etárias, garantindo, assim, uma visão ampla e integrada do percurso formativo e da aplicabilidade da EF no universo da gestão. O processo de análise consistiu na categorização dos artigos com base em quatro eixos principais: desafios enfrentados na implementação da educação financeira, resultados observados após sua aplicação, estratégias metodológicas utilizadas e propostas práticas ou políticas sugeridas pelos autores, o que permitiu identificar padrões, complementariedades e lacunas que orientam a discussão desenvolvida nas próximas seções do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de consolidar os principais aportes teóricos identificados na revisão bibliográfica, apresenta-se a seguir um quadro síntese (Quadro 1) com os desafios, os achados centrais e as conclusões apontadas pelos autores analisados. Essa sistematização permite visualizar, de forma comparativa, como diferentes estudos convergem na valorização da educação financeira como instrumento estratégico de gestão, ao mesmo tempo em que evidenciam barreiras estruturais e culturais

que ainda dificultam sua plena integração nos contextos educacionais e organizacionais. A diversidade de enfoques metodológicos e de públicos investigados reforça a complexidade do tema e a urgência de políticas e práticas formativas mais robustas e articuladas.

Quadro 1 - Síntese dos desafios, achados e conclusões sobre a integração entre educação financeira e gestão empresarial

Autor(es)	Desafios	Principais Achados	Conclusão
Nascimento, Pereira, Bechara (2023)	Falta de formação gerencial e resistência à formalização.	EF melhora organização, controle de custos e sustentabilidade.	EF deve ser incorporada à cultura de gestão.
Tavares e Pilão (2023)	Baixa percepção da EF e formação individual insuficiente.	Integração com a gestão amplia análise e decisões.	EF é estratégica na formação de gestores.
Rocha, Lima (2023)	Falta de políticas públicas e apoio a PME.	EF é diferencial competitivo em contextos de crise.	Estado, escola e mercado devem promover a EF.
Soares, Oliveira (2023)	Dificuldade de engajamento com métodos tradicionais.	Jogos digitais facilitam a aprendizagem financeira.	Estratégias lúdicas devem ser adotadas no ensino de EF.
Milani *et al*. (2023)	Falta de material e ausência de interdisciplinaridade.	Projetos práticos reforçam comportamentos financeiros responsáveis.	EF na escola deve ser prática e contextualizada.
Tavares, Pilão (2023)	Formação docente deficiente e resistência institucional.	EF promove cidadania e equidade social.	A escola deve assumir o letramento financeiro desde cedo.
Perin, Campos (2021)	Abordagem fragmentada e sem diálogo com outras áreas.	Integração com estatística fortalece o pensamento crítico.	Interdisciplinaridade é potente para o ensino de EF.
Puntel; Tibulo (2022)	Pouco investimento e abordagem descontextualizada na EJA.	EF empodera estudantes e melhora relação com o consumo.	EF deve estar presente na EJA de forma contínua.
Guia *et al*. (2023)	Vieses cognitivos e falta de capacitação.	EF comportamental corrige distorções e melhora decisões.	Capacitações práticas superam barreiras psicológicas.
Turatto (2023)	Desconexão entre escola e mundo do trabalho.	Projetos com foco em carreira e finanças engajam mais.	EF deve preparar alunos para desafios econômicos do trabalho.

Fonte: O autor (2023)

A formação em educação financeira, quando estruturada de forma progressiva e espiralada desde os anos iniciais da escolarização até a inserção no mercado de trabalho, representa uma estratégia sólida para consolidar comportamentos financeiros responsáveis, e nesse sentido Milani *et al*. (2023) defendem que projetos práticos no ensino médio, articulando finanças com escolhas de carreira e consumo consciente, são fundamentais para desenvolver nos jovens a noção de que suas decisões econômicas impactam diretamente sua trajetória de vida, ao passo que Puntel; Tibulo (2022) amplia essa compreensão ao demonstrar que, mesmo em estágios tardios da formação escolar como na EJA, a educação financeira pode reconfigurar a relação do indivíduo com o dinheiro, promovendo autonomia, senso de planejamento e reconstrução de objetivos pessoais e familiares a partir de práticas educativas contextualizadas.

Guia *et al*. (2023), por sua vez, reforçam a importância de iniciar esse processo desde o ensino básico, argumentando que a educação financeira, ao ser tratada como eixo transversal e não como conteúdo isolado, contribui para a formação de um pipeline de cidadãos e futuros gestores com maior

domínio técnico e menor suscetibilidade a vieses cognitivos que comprometem o processo decisório, sendo essa continuidade entre etapas formativas essenciais para que os aprendizes desenvolvam uma mentalidade de longo prazo em relação ao consumo, à poupança, ao investimento e à gestão de recursos, que se refletirá futuramente em ambientes corporativos mais equilibrados e inovadores.

Em convergência com essa visão formativa integrada, Tavares e Pilão (2023) afirmam que a escola precisa assumir um papel ativo na promoção da cidadania econômica, ensinando desde cedo que decisões financeiras não são neutras nem isoladas, mas profundamente conectadas à estrutura social e ao exercício da autonomia, enquanto Turatto (2023) complementa essa perspectiva ao destacar que a inserção da educação financeira nos itinerários formativos e nas práticas escolares de orientação profissional contribui não apenas para o letramento econômico, mas também para a construção de identidades profissionais mais conscientes e críticas, que serão levadas para os contextos empresariais e organizacionais com reflexos positivos na cultura de gestão.

A esse respeito, Tavares e Pilão (2023) sustenta que quanto mais cedo se inicia o contato com práticas de planejamento, avaliação de risco e organização de recursos, maior é a capacidade dos indivíduos de atuar futuramente como agentes estratégicos dentro das empresas, pois não apenas compreendem os fundamentos da gestão financeira, como também internalizam valores como responsabilidade, controle e ética, e essa ideia é reforçada por Nascimento, Pereira, Bechara (2023), que observam que organizações cujos gestores passaram por processos formativos consistentes em educação financeira tendem a apresentar melhores indicadores de sustentabilidade, adaptação à crise e inovação nos processos de tomada de decisão.

A integração da educação financeira ao ambiente corporativo tem produzido impactos mensuráveis sobre a qualidade da gestão organizacional, sobretudo ao contribuir para a redução de fatores como o estresse financeiro individual, o presenteísmo e a rotatividade de colaboradores, sendo que Tavares e Pilão (2023) destaca que trabalhadores endividados ou desorganizados financeiramente tendem a apresentar menor foco, maior propensão a faltas justificadas por problemas pessoais e menor capacidade de tomar decisões consistentes no ambiente de trabalho, afetando diretamente a performance das equipes e a eficiência dos processos internos. Rocha e Lima (2023) reforçam essa análise ao demonstrar que, em empresas que implementaram programas de educação financeira voltados aos seus colaboradores, observou-se não apenas melhoria no bem-estar financeiro pessoal, mas também maior estabilidade nas relações de trabalho e diminuição da sobrecarga dos setores de recursos humanos com demandas ligadas a problemas financeiros externos.

Além disso, a presença de colaboradores mais conscientes sobre a gestão do próprio dinheiro tende a refletir em atitudes mais prudentes com os recursos da empresa, o que favorece o uso racional dos insumos, o cuidado com desperdícios e o alinhamento entre metas pessoais e organizacionais, e nesse ponto Nascimento, Pereira, Bechara (2023) apontam que uma cultura organizacional que

valoriza a literacia financeira interna fortalece também a cultura de resultados, pois estimula a corresponsabilidade entre líderes e equipes na tomada de decisões estratégicas. Em complemento, Soares e Oliveira (2023) evidenciam que ações formativas inovadoras, como o uso de simuladores ou jogos de decisão em ambiente corporativo, não apenas engajam os profissionais de diferentes setores, como também aprimoram sua capacidade de prever cenários, avaliar riscos e propor soluções financeiramente viáveis, o que impacta diretamente a produtividade e a capacidade de inovação das organizações.

Por fim, Guia *et al*. (2023) argumentam que, ao elevar o nível médio de educação financeira dos colaboradores, a empresa amplia sua própria capacidade de investimento, uma vez que forma equipes mais aptas a gerir orçamentos internos, dialogar com fornecedores de forma técnica e sustentar decisões baseadas em dados, e essa competência, quando incorporada à cultura institucional, transforma a gestão organizacional em um espaço de aprendizagem contínua, onde o crescimento da empresa está diretamente vinculado ao crescimento financeiro de seus membros. Essa visão também é compartilhada por Tavares e Pilão (2023), que reforçam que empresas que reconhecem o valor formativo da educação financeira não apenas retêm mais talentos, como constroem relações mais sólidas com seus públicos internos, baseadas na transparência, no planejamento e na valorização da autonomia econômica de seus profissionais.

A superação das barreiras que dificultam a integração plena entre educação financeira e gestão empresarial passa necessariamente pela consolidação de processos contínuos de capacitação, e nesse aspecto, Nascimento, Pereira, Bechara (2023) enfatizam que apesar do crescente reconhecimento da importância da literacia financeira no contexto organizacional, ainda são escassas as políticas públicas e os programas institucionais que ofereçam suporte estruturado para a formação de gestores e colaboradores, o que perpetua a informalidade nas decisões e o uso intuitivo dos recursos empresariais, especialmente em pequenos e médios negócios. A ausência de uma diretriz governamental clara e de incentivos à qualificação técnica acaba por transferir às empresas a responsabilidade exclusiva de capacitar suas equipes, o que nem sempre é viável devido a restrições orçamentárias e à falta de expertise pedagógica para desenvolver conteúdos eficazes.

Em contraponto a esse cenário de lacunas estruturais, autores como Perin e Campos (2021) sugerem a construção de trilhas formativas internas, com foco em metodologias ativas e aplicabilidade prática, que possam ser adaptadas às realidades específicas de cada organização e que envolvam desde conceitos básicos de finanças até estratégias de análise estatística voltadas à tomada de decisão, o que além de qualificar os trabalhadores, cria uma cultura interna de planejamento e responsabilidade compartilhada. Já Guia *et al*. (2023) argumentam que a presença de consultorias especializadas e a realização de oficinas presenciais ou híbridas, com acompanhamento contínuo, contribuem para que as formações não sejam eventos pontuais, mas experiências formativas transformadoras, capazes de

reconfigurar a maneira como os colaboradores percebem e administram recursos tanto pessoais quanto corporativos.

Nesse contexto, Puntel; Tibulo (2022) destaca ainda o papel das instituições de ensino, especialmente as públicas, como parceiras estratégicas das empresas e do poder público na formulação e implementação de programas de educação financeira corporativa, enfatizando que a aproximação entre escola, universidade e mercado pode ser o elo necessário para sustentar políticas mais robustas e democráticas de capacitação. Essa articulação intersetorial é igualmente defendida por Rocha e Lima (2023), que apontam que quando Estado, setor privado e instituições formativas atuam de forma coordenada, é possível promover uma transformação estrutural no modo como a gestão financeira é concebida, praticada e ensinada no Brasil, criando um ecossistema que valorize o conhecimento, estimule a autonomia e potencialize a eficiência organizacional.

A inovação pedagógica no ensino da educação financeira tem se mostrado um fator decisivo para promover maior engajamento, retenção de conteúdos e aplicação prática dos saberes no ambiente organizacional, sendo que Soares e Oliveira (2023) demonstram que o uso de jogos digitais não apenas aumenta a motivação dos participantes, especialmente entre jovens e adultos em contextos corporativos ou escolares, mas também permite que o aprendizado ocorra em ambientes simulados, seguros e interativos, nos quais é possível experimentar consequências de decisões financeiras sem riscos reais, o que favorece o desenvolvimento do pensamento estratégico e da autorregulação. Esses autores defendem que os recursos lúdicos, aliados a narrativas próximas da realidade dos usuários, geram maior identificação e interesse, superando a resistência comum a conteúdos tradicionalmente considerados técnicos ou complexos, como orçamento, juros compostos ou planejamento de longo prazo.

Por outro lado, Perin e Campos (2021) argumentam que a inovação não se resume ao uso de tecnologias digitais, mas também se expressa na incorporação de ferramentas de modelagem estatística no ensino de finanças, o que permite ao estudante ou profissional analisar dados reais, interpretar cenários e tomar decisões com base em evidências concretas, promovendo uma formação mais crítica e alinhada à lógica da gestão orientada por dados. Essa abordagem é complementada por Guia *et al*. (2023), que destacam a relevância da educação financeira comportamental como mecanismo para mitigar os vieses cognitivos que frequentemente distorcem as decisões econômicas, como o excesso de confiança, o imediatismo ou a aversão ao risco, de modo que ao aliar estratégias pedagógicas inovadoras com fundamentos da psicologia econômica, o processo formativo torna-se mais completo, acessível e eficaz tanto no âmbito pessoal quanto no contexto empresarial.

O educador-pesquisador ocupa uma posição estratégica na mediação entre teoria e prática, atuando como articulador dos saberes acadêmicos e das realidades vividas tanto nos espaços escolares quanto nos ambientes organizacionais, e nesse sentido, Tavares e Pilão (2023) destacam que a atuação

docente deve ir além da transmissão de conteúdos, incorporando uma postura investigativa e reflexiva capaz de planejar intervenções pedagógicas contextualizadas, promover metodologias ativas e adaptar as práticas formativas às especificidades dos sujeitos envolvidos. Essa mediação exige do educador o domínio de fundamentos teóricos sobre educação financeira, mas também a capacidade de identificar barreiras culturais, cognitivas e institucionais, propondo soluções que fortaleçam o vínculo entre o letramento financeiro e o exercício da cidadania, em especial em comunidades vulneráveis ou em empresas com baixa maturidade de gestão.

Nesse contexto, Nascimento, Pereira, Bechara (2023) apontam que a formação continuada dos docentes deve incluir não apenas conteúdos técnicos de finanças, mas também competências didáticas e sensibilidade para lidar com diferentes perfis de aprendizes, viabilizando a integração curricular da educação financeira desde os anos iniciais até os cursos técnicos e de nível superior, além de fomentar parcerias com empresas para que a escola compreenda as demandas reais do mercado e contribua com a formação de profissionais mais preparados. A presença do educador-pesquisador também é essencial para transformar a educação financeira em uma prática de inclusão e enfrentamento das desigualdades, e sobre isso Puntel; Tibulo (2022) reforça que esse profissional deve atuar criticamente no combate à exclusão financeira, à má gestão dos recursos e à reprodução de comportamentos prejudiciais que impactam negativamente a sustentabilidade econômica de indivíduos e organizações.

Por fim, Milani *et al*. (2023) defendem que a construção de pontes entre escola e empresa depende de educadores engajados com a realidade do território, capazes de propor projetos colaborativos, oficinas integradas e vivências práticas que aproximem os jovens e adultos da lógica da gestão financeira cotidiana, possibilitando que o aprendizado vá além da sala de aula e se transforme em transformação concreta. É esse papel de pesquisa aplicada e intervenção formativa que confere ao educador-pesquisador não apenas um lugar na estrutura educacional, mas também protagonismo na construção de uma sociedade mais justa, financeiramente consciente e economicamente sustentável.

A educação financeira, quando compreendida para além da sua função instrumental, revela-se um instrumento de emancipação individual e transformação coletiva, pois sua presença qualificada no ambiente educacional e corporativo está diretamente relacionada à formação de sujeitos mais conscientes do impacto social de suas escolhas econômicas e do papel que exercem na reprodução ou superação das desigualdades que marcam o tecido empresarial brasileiro, sendo que Tavares e Pilão (2023) argumentam que a ausência de letramento financeiro em contextos de vulnerabilidade não apenas perpetua ciclos de endividamento, como reforça mecanismos de exclusão que impedem a ascensão social e a participação ativa nos processos decisórios das organizações.

Essa perspectiva ética da educação financeira é aprofundada por Puntel; Tibulo (2022), que defende a necessidade de se enxergar a gestão financeira como uma prática relacional e situada, cujas decisões envolvem valores, expectativas e responsabilidades, de modo que formar pessoas para

administrar recursos é também uma forma de formar cidadãos capazes de reconhecer os impactos de seus atos sobre o coletivo, seja na sustentabilidade de uma empresa, na preservação do bem comum ou na relação com clientes, fornecedores e trabalhadores em cadeia, o que exige que a educação financeira seja conduzida não apenas como técnica, mas como dimensão crítica e socialmente referenciada.

Nesse sentido, Rocha e Lima (2023) reforçam que a formação ética em finanças deve considerar o contexto em que o gestor atua, especialmente nas pequenas e médias empresas, onde decisões aparentemente simples como adiar pagamentos, não declarar impostos ou cortar direitos trabalhistas podem ter consequências significativas para a reputação institucional e para a economia local, o que torna ainda mais urgente o investimento em uma educação financeira que vá além do controle de gastos e promova noções de equidade, transparência e responsabilidade socioeconômica como fundamentos para a prática empresarial.

Complementando essa abordagem, Guia *et al*. (2023) apontam que a ausência de educação financeira estruturada contribui para manter um cenário de má gestão, desperdício de recursos públicos e práticas predatórias no setor privado, e que apenas por meio de formações que articulem competências financeiras com valores éticos e consciência social será possível formar lideranças capazes de resistir à lógica do lucro a qualquer custo e construir modelos de gestão mais justos, sustentáveis e alinhados aos princípios da cidadania econômica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre educação financeira e gestão empresarial se revela como uma estratégia essencial para promover decisões mais conscientes, reduzir desperdícios, fortalecer a autonomia dos indivíduos e impulsionar a sustentabilidade das organizações. A análise dos estudos revisados demonstra que, quando inserida desde a formação básica até o ambiente corporativo, a educação financeira contribui para o desenvolvimento de competências críticas e práticas que favorecem tanto a vida pessoal quanto o desempenho profissional.

Entre os principais impactos observados estão a redução do estresse financeiro, o aumento da produtividade, a melhoria da capacidade de planejamento e a diminuição de falhas na tomada de decisão. No entanto, ainda persistem barreiras estruturais e culturais que limitam sua efetiva implementação, como a ausência de políticas públicas, a fragilidade na formação docente e a desarticulação entre escola, empresa e setor público.

Superar esses desafios exige o fortalecimento de processos formativos contínuos, a valorização de metodologias inovadoras como jogos, simulações e estatística aplicada e a atuação crítica de educadores-pesquisadores engajados com a realidade econômica e social dos sujeitos. Assim, a

educação financeira deixa de ser apenas uma ferramenta técnica e se torna uma dimensão estratégica da gestão e da cidadania no século XXI.

REFERÊNCIAS

GUIA, Maiara Carneiro et al. Finanças comportamentais: a relação entre o nível de educação financeira e os vieses cognitivos. Entrepreneurship, v. 7, n. 2, p. 1–14, 2023.

PUNTEL, E.; TIBULO, V. C. Educação financeira na educação de jovens e adultos: um olhar em pesquisas acadêmicas desenvolvidas nas últimas duas décadas. Revista de Ensino de Ciências e Matemática, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 1-25, 2021.

NASCIMENTO, C. P. do; FERREIRA, B. D. L. da; BECHARA, S. M. T. Importância da educação financeira na educação básica. Revista Terra e Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa, Londrina, v. 38, n. 74, p. 213-225, 2022.

MILANI, Ekaterini Kotsis et al. A importância da educação financeira no ensino médio: um olhar sobre a ETEC Benedito Storani. 2023.

PERIN, Andréa Pavan; CAMPOS, Celso Ribeiro. Educação financeira: uma possibilidade de integração com a educação estatística. Revista Sergipana de Matemática e Educação Matemática, v. 6, n. 1, p. 339–358, 2021.

ROCHA, Karlos Francisco Lima; LIMA, Mônica de Souza. A importância da educação financeira: empresas de pequeno e médio porte. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 6, p. 1462–1477, 2023.

SOARES, Viller Contarato; OLIVEIRA, Daniel. Jogos digitais em educação financeira: uma intermediação entre o mundo econômico e o mundo digital. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 6, p. 1478–1495, 2023.

TAVARES, C. S. L.; PILÃO, V. A importância de ensinar educação financeira nas escolas. Caderno Intersaberes, Curitiba, v. 12, n. 44, p. 148-164, 2023.

TAVARES, Celina Soares Lima; PILÃO, Valéria. A importância de ensinar educação financeira nas escolas. Caderno Intersaberes, v. 12, n. 44, p. 148–164, 2023.

TURATTO, Alcione Domingos. Integração do ensino ao mundo do trabalho. 2023.